

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Paraíso do Tocantins e Região Ltda. – Sicoob Credipar
Paraíso do Tocantins/TO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Paraíso do Tocantins e Região Ltda. – Sicoob Credipar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credipar em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Assembleia Geral Ordinária

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, que trata da apresentação das demonstrações contábeis do Sicoob Credipar. Essas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria da cooperativa em 16 de maio de 2019, tendo em vista a necessidade da análise, discussão e reprocessamento da classificação de risco das operações de alguns devedores que apresentaram deterioração em sua capacidade de pagamento. Esse procedimento resultou na contabilização de provisão adicional no montante de R\$ 4.737 mil, tendo sido concluído em 10 de maio de 2019, e contou com a colaboração do Sicoob Goiás Central e do Sicoob Confederação, em atendimento à determinação do Banco Central do Brasil, manifestada em reunião conjunta realizada em 29 de março de 2019. Em virtude disso, a Assembleia Geral Ordinária não foi realizada dentro do prazo de 4 meses após o encerramento do exercício social, conforme determina o artigo 17 da Lei Complementar 130. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 21 de maio de 2019.




Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA
Av. Bernardo Sayao, 630 - Centro - Paraíso do Tocantins - TO., CNPJ nº 26.960.328/0001-43

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS, SEM CENTAVOS)

A T I V O	2018	2017	PASSIVO + PATRIMONIO LÍQUIDO	2018	2017
CIRCULANTE	133.731.198	95.112.766	CIRCULANTE	133.239.477	88.290.744
DISPONIBILIDADES	2.409.697	2.895.458	DEPÓSITOS (Nota 12)	111.381.285	76.382.765
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4)	4.925.165	0	DEPÓSITOS A VISTA	48.165.625	32.844.624
APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	4.925.165	0	DEPÓSITOS A PRAZO	63.215.660	43.538.141
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 5)	65.430.571	40.217.250	REC.ACEITE EMISS.TÍTULOS (Nota 12)	2.823.723	3.688.280
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVA	65.430.571	40.217.250	LETRAS CRÉDITO AGRONEGÓCIO	2.823.723	3.688.280
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6)	59.787.973	50.607.125	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 13)	14.240.667	3.821.296
SETOR PRIVADO	75.620.555	57.466.465	REPASSES INTERFINANCEIROS	14.240.667	3.821.296
(-)PROVISÃO PARA CRÉD. LIQ. DUVIDOSA	-15.832.582	-6.859.340	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS (Nota 15)	1.735.000	2.655.894
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	414.970	261.537	RECURSOS EM TRANS.TERCEIROS	1.735.000	2.655.894
AVAIS E FIANÇAS	123.344	157.791	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 14)	139.851	140.075
RENDAS A RECEBER	42.702	53.279	EMPR. PAÍS-OUTRAS INSTITUIÇÕES	139.851	140.075
DIVERSOS	335.372	138.044	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 16)	2.918.951	1.602.434
(-)PROVISÃO P/OUTROS CRÉD. LIQ. DUV.	-86.448	-87.577	COBRANÇA E ARREC.TRIB. E ASSEM	67.339	28.580
OUTROS VALORES E BENS (Nota 8)	762.822	1.131.396	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS (nota 16.1)	453.169	144.206
OUTROS VALORES E BENS	662.000	1.040.725	FISCAIS E PREVIDENCIARIAS(Nota 16.2)	274.585	241.873
DESPESAS ANTECIPADAS	100.822	90.671	DIVERSAS (Nota 16.3)	2.123.858	1.187.775
NÃO CIRCULANTE	49.286.901	45.180.497	NÃO CIRCULANTE	14.016.808	13.241.387
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	37.624.790	34.351.601	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 13)	12.365.493	12.120.785
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6)	37.624.790	34.351.601	REPASSES INTERFINANCEIROS	12.365.493	12.120.785
SETOR PRIVADO	40.304.601	37.040.170	REC.ACEITE EMISS.TÍTULOS (Nota 12)	670.688	0
(-)PROVISÃO PARA CRÉD. LIQ. DUVIDOSA	-2.679.811	-2.688.569	LETRAS CRÉDITO AGRONEGÓCIO	670.688	0
INVESTIMENTOS (Nota 9)	6.171.367	5.737.002	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 14)	980.627	1.120.602
OUTROS INVESTIMENTOS	6.171.367	5.737.002	EMPR. PAÍS-OUTRAS INSTITUIÇÕES	980.627	1.120.602
IMOBILIZADO (Nota 10)	2.430.425	4.602.477	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)	35.761.814	38.761.132
IMÓVEIS DE USO	552.648	552.648	CAPITAL	38.068.412	35.590.964
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	4.143.626	5.494.896	DE DOMICILIADOS NO PAÍS	38.068.412	35.590.964
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS	-2.265.849	-1.445.067	RESERVAS DE CAPITAL	15.399	87.699
INTANGIVEL (Nota 11)	3.060.319	489.417	RESERVAS DE SOBRAS	3.082.469	3.082.469
DIREITO DE USO	3.676.773	1.232.978	FUNDO DE RESERVA	3.082.469	3.082.469
(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	-616.454	-743.561	SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS (Nota 19)	-5.404.466	0
TOTAL DO ATIVO	183.018.099	140.293.263	TOTAL DO PASSIVO + PAT.LÍQUIDO	183.018.099	140.293.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paraíso do Tocantins - TO., 31 de Dezembro de 2018.

Julio Cesar Galvão
CPF.: 387.531.111-68
Diretor responsável pela área contábil

Silvan Celestino dos Santos
CPF.: 779.396.381-49
Diretor Operacional

Neumy Guida Martins
Contadora CRC-TO 1635/O
CPF.: 783.986.301-91



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA
Av. Bernardo Sayao, 630 - Centro - Paraíso do Tocantins - TO., CNPJ nº 26.960.328/0001-43

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
2o. SEMESTRE DE 2018 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 E 31/12/2017
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS, SEM CENTAVOS)

DISCRIMINAÇÃO	2ºSEMESTRE 2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.340.740	24.877.469	21.109.199
Operações de Crédito (Nota 20.1)	12.290.634	24.827.363	21.097.543
Resultado de Oper. Títulos e Val. Mobiliários	50.106	50.106	11.656
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-13.653.218	-21.091.820	-12.933.891
Operações de Captação no Mercado (Nota 12.d)	-1.955.393	-3.684.150	-4.088.265
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-1.039.818	-1.836.394	-1.446.643
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	-10.658.007	-15.571.276	-7.398.983
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-1.312.478	3.785.649	8.175.308
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-4.170.452	-8.214.691	-7.156.115
Receitas de Prestação de Serviços	1.477.725	2.720.893	2.006.128
Receitas de Tarifas Bancárias	584.965	1.090.032	783.652
Outras Receitas Operacionais (Nota 20.2)	2.606.385	4.933.638	4.367.773
Despesas de Pessoal (Nota 21.1)	-4.086.645	-7.682.552	-6.319.642
Outras Despesas Administrativas (Nota 21.2)	-4.078.190	-8.008.202	-6.991.163
Despesas Tributárias(Nota 21.3)	-122.414	-233.411	-183.984
Outras Despesas Operacionais (Nota 21.4)	-552.278	-1.035.089	-818.879
RESULTADO OPERACIONAL	-5.482.930	-4.429.042	1.019.193
Resultado não Operacional (Nota 22)	-257.365	-431.037	-2.444
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE SOBRAS	-5.740.295	-4.860.079	1.016.749
Imposto de Renda e Contribuição Social	-118.774	-242.801	-152.436
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL	-5.859.069	-5.102.880	864.313
Despesa com Juros ao Capital Próprio	0	0	-990.338
SOBRAS/(PERDAS) LÍQUIDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	-5.859.069	-5.102.880	-126.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paraíso do Tocantins - TO., 31 de Dezembro de 2018.

Julio Cesar Galvão
CPF.: 387.531.111-68
Diretor resp. pela area contabil

Silvan Celestino dos Santos
CPF.: 779.396.381-49
Diretor Operacional

Neumy Guida Martins
Contadora CRC-TO 1635/O
CPF.: 783.986.301-91



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA
Av. Bernardo Sayao, 630 - Centro - Paraíso do Tocantins - TO., CNPJ nº 26.960.328/0001-43

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 e 31/12/2017
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS, SEM CENTAVOS)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
			FUNDO DE RESERVA	ESTATUTARIA FAC		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM: 01/01/2017	34.279.814	107.788	3.080.025	125.123	187.685	37.780.435
MOVIMENTAÇÃO DE CAPITAL:						
- Por Incorporação de Sobras	187.571				-187.685	-114
- Por Incorporação de Reservas	125.123			-125.123		0
- Por Incorporação de Juros ao Capital	973.015					973.015
- Por Integralizações de Capital	4.049.593					4.049.593
- Por Restituição de Capital	-4.024.152					-4.024.152
OUTROS EVENTOS:						0
- Utilização de Reserva de Capital		-20.089				-20.089
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO					-126.025	-126.025
DESTINAÇÕES:						0
- Resultado não operacional - Fundo de Reserva			2.444		-2.444	0
- Despesas cobertas pelo FATES					212.156	212.156
- FATES - Resultado com não associados					-83.687	-83.687
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2017	35.590.964	87.699	3.082.469	0	0	38.761.132
MUTAÇÕES NO PERÍODO	1.311.150	-20.089	2.444	-125.123	-187.685	980.697
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM: 01/01/2018	35.590.964	87.699	3.082.469	0	0	38.761.132
AUMENTOS DE CAPITAL:						
- Por Integralizações de Capital	6.383.799					6.383.799
- Por Restituição de Capital	-3.906.351					-3.906.351
OUTROS EVENTOS:						0
- Utilização de Reserva de Capital		-72.300				-72.300
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO					-5.102.880	-5.102.880
DESTINAÇÕES:						0
- Despesas cobertas pelo FATES					185.079	185.079
- FATES - Resultado com não associados					-486.665	-486.665
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2018	38.068.412	15.399	3.082.469	0	-5.404.466	35.761.814
MUTAÇÕES NO PERÍODO	2.477.448	-72.300	-	-	-5.404.466	-2.999.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paraíso do Tocantins - TO., 31 de Dezembro de 2018.

Julio Cesar Galvão
CPF.: 387.531.111-68
Diretor resp. pela area contabil

Silvan Celestino dos Santos
CPF.: 779.396.381-49
Diretor Operacional

Neumy Guida Martins
Contadora CRC-TO 1635/O
CPF.: 783.986.301-91



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA
Av. Bernardo Sayao, 630 - Centro - Paraíso do Tocantins - TO., CNPJ nº 26.960.328/0001-43

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
2º SEMESTRE DE 2018 E EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31/12/2018 e 31/12/2017

DESCRIÇÃO	2º Sem 2018	31/12/2018	31/12/2017
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas Antes DA Tributação e Participações	-5.740.294	-4.860.079	26.411
Provisão para Operações de Crédito	10.658.007	15.571.276	7.398.983
Depreciações e Amortizações	406.317	733.977	492.505
	5.324.030	11.445.174	7.917.899
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito	-14.225.170	-28.025.311	-7.121.151
Outros Créditos	196.505	153.433	14.702
Outros Valores e Bens	236.329	368.574	290.956
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	1.881.470	15.321.001	9.866.786
Depósitos a Prazo	6.253.207	19.677.519	8.647.494
Obrigações por Emissão de LCA	516.535	-193.870	3.688.280
Outras Obrigações	338.965	1.316.515	-609.323
Relações Interdependências	1.734.990	-920.894	2.653.099
Relações Interfinanceiras	1.293.988	10.664.080	-2.968.797
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-64.069	-140.199	1.260.677
Imposto de renda e contribuições social pagos	-118.774	-242.801	-152.436
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais	3.368.006	29.423.221	23.488.186
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível	393.501	-277.292	-100.475
Aquisição De Imobilizado de Uso	-860.115	-1.162.401	-1.884.524
Aquisição de investimentos	-166.843	-434.365	-638.113
Caixa Líquido Aplicado em Investimentos	-633.457	-1.874.058	-2.623.112
Atividades de Financiamentos			
Aumento / (Redução) de Capital	2.427.445	2.477.448	25.441
Distribuição de sobras	0	0	-114
(Constituição) / Compensação do FATES	-185.080	-301.586	128.469
Incorporação de Juros ao Capital	0	0	973.015
Constituição/ (Utilização) de Reservas de Capital	-72.300	-72.300	-20.089
Caixa Líquido Originado em Financiamentos	2.170.065	2.103.562	1.106.722
Aumento / Redução Líquida de caixa e equivalente de caixa	4.904.614	29.652.725	21.971.796
Modificações em caixa e equivalente de caixa			
No Início do Período (Nota 3c)	67.860.819	43.112.708	21.140.912
No Fim do Período (Nota 3c)	72.765.433	72.765.433	43.112.708
Varição Líquida das caixa e equivalente de caixa	4.904.614	29.652.725	21.971.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paraíso do Tocantins - TO, 31 de Dezembro de 2018.

Julio Cesar Galvão
CPF.: 387.531.111-68
Diretor resp. pela area contabil

Silvan Celestino dos Santos
CPF.: 779.396.381-49
Diretor Operacional

Neumy Guida Martins
Contadora CRC-TO 1635/O
CPF.: 783.986.301-91



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1 Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA - SICOOB CREDIPAR**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12 de março **1991**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIPAR** com **SEDE** e **UAD – Unidade Administrativa** em Paraíso do Tocantins, possui 11 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **BARROLÂNDIA - TO, PIUM - TO, MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS - TO, MIRANORTE - TO, DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS - TO, DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS - TO, CRISTALÂNDIA - TO, GURUPI - TO, PALMAS - TO, ARAGUAÍNA – TO e PORTO NACIONAL – TO.**

O **SICOOB CREDIPAR** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16/05/2019.

As demonstrações contábeis e as notas explicativas foram aprovadas pela Diretoria em data posterior ao prazo legal para realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO), responsável pela aprovação da prestação de contas da Administração do Sicoob Credipar, tendo em vista determinação do Banco Central do Brasil para que ajustes de provisão da carteira de crédito decorrentes da deterioração da capacidade de pagamento de alguns devedores fossem mensurados e discutidos com o Sicoob Goiás Central e com nossos auditores independentes, e

contabilizados dentro do exercício de 2018. Essa determinação foi manifestada em reunião conjunta realizada entre o órgão fiscalizador, o Sicoob Goiás Central e o Sicoob Credipar em 29 de março de 2019, o que resultou, desde então, no levantamento de informações e documentos, realização de reuniões com a Central e nossos auditores independentes, adoção de esforços conjuntos com o Sicoob Confederação para viabilização do processamento do ajuste dos riscos das operações analisadas, concluído em 10 de maio de 2019, e o consequente registro das provisões adicionais, no montante de R\$ 4.736.738.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "*pro-rata temporis*" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	2.409.697	2.895.458
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.925.165	0
Relações interfinanceiras - centralização financeira	65.430.571	40.217.250
TOTAL	72.765.433	43.112.708

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2018**

4. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito Interfinanceiro	4.925.165	0

Referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **BANCOOB**, com remuneração de, aproximadamente, **101%** do CDI.

5. Relações interfinanceiras

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	65.430.571	40.217.250
TOTAL	65.430.571	40.217.250

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. Esses recursos são remunerados em, aproximadamente, 98% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	377.442	0	377.442	338.512
Empréstimos	44.845.686	19.595.412	64.441.097	57.288.631
Títulos Descontados	5.732.697	148	5.732.845	5.084.022
Financiamentos	4.501.079	6.654.726	11.155.805	10.326.915
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	20.163.651	14.054.315	34.217.966	21.468.555
(-) Provisões para Operações de Crédito	-15.832.582	-2.679.811	-18.512.393	-9.547.909
TOTAL	59.787.973	37.624.790	97.412.762	84.958.726

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
A	0,50%	Normal	13.951.242	132.078	4.001.731	9.461.461	27.546.512	-137.733	17.992.722	-89.964
B	1%	Normal	15.562.097	1.020.864	3.267.653	15.768.599	35.619.213	-356.192	37.338.820	-373.388
B	1%	Vencidas	461.868	2.212	111.052	247.876	823.008	-8.230	2.987.660	-29.877
C	3%	Normal	12.233.972	722.953	2.020.575	4.853.332	19.830.832	-594.925	14.984.131	-449.524
C	3%	Vencidas	0	72.903	275.230	0	348.133	-10.444	2.169.547	-65.086
D	10%	Normal	4.246.112	327.151	699.101	1.286.114	6.558.478	-655.848	6.603.014	-660.301
D	10%	Vencidas	853.646	127.936	124.518	0	1.106.100	-110.610	500.231	-50.023
E	30%	Normal	1.639.092	118.178	40.298	1.004.057	2.801.625	-840.488	1.297.125	-389.137
E	30%	Vencidas	0	5.317	111.152	0	116.469	-34.941	2.150.180	-645.054
F	50%	Normal	4.089.456	11.932	5.164	789.339	4.895.891	-2.447.946	1.973.016	-986.508
F	50%	Vencidas	5.280.259	74.789	43.727	118.104	5.516.879	-2.758.440	1.129.883	-564.941
G	70%	Normal	130.624	4.012	0	109.542	244.178	-170.925	22.648	-15.854
G	70%	Vencidas	172.278	50.684	0	217.587	440.549	-308.384	431.356	-301.949
H	100%	Normal	3.556.851	39.716	45.620	305.386	3.947.573	-3.947.573	1.050.944	-1.050.944
H	100%	Vencidas	5.464.287	198.876	409.984	56.569	6.129.716	-6.129.716	3.875.359	-3.875.359
Total Normal			55.409.446	2.376.884	10.080.142	33.577.830	101.444.302	-9.151.628	81.262.421	-4.015.620
Total Vencidos			12.232.338	532.717	1.075.663	640.136	14.480.854	-9.360.765	13.244.215	-5.532.289
Total Geral			67.641.784	2.909.601	11.155.805	34.217.966	115.925.156	-18.512.393	94.506.635	-9.547.909
Provisões			-15.516.746	-437.564	-730.516	-1.827.567	-18.512.393		-9.547.909	
Total Líquido			52.125.038	2.472.037	10.425.289	32.390.399	97.412.763		84.958.726	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	22.056.874	22.788.812	19.595.412	64.441.098
Financiamentos	1.508.091	2.992.988	6.654.726	11.155.805
Financiamentos Rurais	3.026.415	17.137.235	14.054.316	34.217.966
Conta Corrente	2.542.312	367.289	0	2.909.601
TOTAL	29.133.692	43.286.324	40.304.454	112.724.470

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	219.384	2.762.517	400.003	0	3.381.904	2,85%
Setor Privado - Indústria	944	37.276	9.352	0	47.572	0,04%
Setor Privado - Serviços	962.011	17.205.653	2.205.343	0	20.373.007	17,20%
Pessoa Física	1.727.252	55.479.157	3.118.147	34.217.966	94.542.522	79,81%
Outros	10	112.300	0	0	112.310	0,09%
TOTAL	2.909.601	75.596.903	5.732.845	34.217.966	118.457.315	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	9.547.909	6.075.043
Constituições	15.469.398	7.319.260
Reversões	-79	-8.930
Transferência para prejuízo	-6.504.835	-3.837.464
TOTAL	18.512.393	9.547.909

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	2.815.644	2,00%	2.502.457	3,00%
10 Maiores Devedores	12.102.603	10,00%	10.935.244	12,00%
50 Maiores Devedores	33.344.750	29,00%	30.967.904	33,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	6.087.774	3.034.949
Valor das Operações Transferidas no Período	6.504.835	3.837.464
Valor das Operações recuperadas no período	-2.577.109	-784.639
TOTAL	10.015.500	6.087.774

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2018** a cooperativa apresentou saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 31.417.837 (R\$ 28.209.811 em 31/12/2017), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados (a)	123.344	157.791
Rendas a Receber (b)	42.702	53.279
Diversos (c)	335.372	138.044
(-) Provisões para Outros Créditos (d)	-86.448	-87.577
TOTAL	414.970	261.537

(a) Crédito decorrente, basicamente, de obrigações honradas de operações com cartões de crédito, cuja cessão é realizada após 60 dias de inadimplência.

(b) Referem-se a rendas a receber de convênios municipais, estaduais e federais.

(c) Referem-se a adiantamentos de férias, adiantamentos para despesas diversas, impostos a compensar e recuperar, tarifas a receber, plano de saúde a receber e pendências a regularizar.

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
E	30%	Normal	14.482	14.482	-4.345	4.843	-1.453
E	30%	Vencidas	18.902	18.902	-5.670	92.277	-27.683
F	50%	Normal	957	957	-478	-	-
F	50%	Vencidas	3.437	3.437	-1.719	4.460	-2.230
G	70%	Vencidas	37.765	37.765	-26.435	-	-
H	100%	Normal	10.009	10.009	-10.009	-	-
H	100%	Vencidas	37.792	37.792	-37.792	56.211	-56.211
Total Normal			25.448	25.448	-14.832	4.843	-1.453
Total Vencidas			97.896	97.896	-71.616	152.948	-86.124
Total Geral			123.344	123.344	-86.448	157.791	-87.577
Provisões			-86.449	-86.448		-87.577	
Total Líquido			36.895	36.896		70.214	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	662.000	1.040.725
Despesas Antecipadas (b)	100.822	90.671
TOTAL	762.822	1.131.396

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, adiantamento de aluguel e assinatura de periódicos.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	3.694.539	3.527.696
Participações inst financ controlada coop crédito	2.476.828	2.209.306
TOTAL	6.171.367	5.737.002

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizado em Curso (a)		167.714	3.114.853
Terrenos		332.756	332.756
Edificações	4%	219.892	219.892
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		-127.919	-119.659
Instalações	10%	956.973	2.837
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		-545.439	-2.144
Móveis e equipamentos de Uso	10%	834.801	608.417
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		-342.344	-276.754
Sistema de Comunicação	20%	27.386	27.386
Sistema de Processamento de Dados	10%	1.397.176	1.109.036
Sistema de Segurança	10%	538.063	422.339
Sistema de Transporte	20%	221.513	210.027
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		-1.250.147	-1.046.509
TOTAL		2.430.425	4.602.477

As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Direito de Uso e software (a)	3.676.773	1.232.978
(-) Amortização acumulada	-616.454	-743.561
TOTAL	3.060.319	489.417

- a) O valor registrado refere-se às licenças de uso software diversos (R\$ 39.499), às licenças de uso do sistema de informática do Sicoob (SISBR), no valor de R\$ 420.888, de propriedade da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação, que foram cedidas pelo Sicoob Goiás Central para utilização exclusiva das Cooperativas singulares, e aquisição de Data Center e licenças (Projeto Inova TI), no valor de R\$ 3.216.386.

12. Depósitos e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

a) Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Deposito à Vista	48.165.625		32.844.624	
Deposito a Prazo	63.215.660	0,47% a.m.	43.538.141	0,51% a.m.
TOTAL	111.381.285		76.382.765	

Os depósitos até o limite de R\$ 250.000 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

b) Letras de Crédito do Agronegócio (LCA):

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Letras de Crédito do Agronegócio	3.494.411	0,42% a.m.	3.688.280	0,46% a.m.
Circulante	2.823.723		3.688.280	
Não Circulante	670.688		0	

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	6.816.380	6,00%	1.960.694	3%
10 Maiores Depositantes	24.369.933	22,00%	12.241.268	16%
50 Maiores Depositantes	49.465.387	45,00%	30.289.780	40%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	-3.502.036	-3.989.822
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-182.114	-98.443
TOTAL	-3.684.150	-4.088.265

13. Repasses Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações junto a particip. sist.. liquidação			88.151	88.151
Recursos do Bancoob	5,5 a 15% a.a.	12/2018 a 06/2023	26.518.009	15.853.930
Circulante			14.240.667	3.821.296
Não circulante			12.365.493	12.120.785

Corresponde a recursos tomados pela cooperativa para aplicação em operações de crédito rural de associados.

14. Obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Cooperativa Central (a)	101% CDI	21/12/2026	1.120.478	1.260.677
Circulante			139.851	140.075
Não circulante			980.627	1.120.602

Corresponde a operação de empréstimo tomado junto ao Sicoob Goiás Central, com taxa de juros vinculada à variação do CDI, a ser pago em 120 parcelas mensais.

15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Ordens de Pagamento	1.735.000	2.655.894
TOTAL	1.735.000	2.658.689

Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros cooperados, que serão liquidados em 2019.

16. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	67.339	28.580
Sociais e Estatutárias	453.169	144.206
Fiscais e Previdenciárias	274.585	241.873
Diversas	2.123.858	1.187.775
TOTAL	2.918.951	1.602.434

16.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Não Associados (a)	385.272	83.687
Cotas de Capital a Pagar (b)	67.897	60.519
TOTAL	453.169	144.206

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para impostos e contribuições/lucros	31.841	12.565
Impostos e contribuições a recolher	242.744	229.308
TOTAL	274.585	241.873

16.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	104.747	200942
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (b)	296.838	390.058
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	787.541	417.146
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	150.874	78.452
Recursos de Garantias Realizadas (d)	86	0
Credores Diversos – País (e)	661.461	101.177
Inst. Híbrido Capital e Dívida Elegíveis à Capital – Anterior a Resolução 4192	122.311	0
TOTAL	2.123.858	1.187.775

(a) Importância referente a valores a serem pagos a fornecedores de bens e serviços da cooperativa, a serem liquidados o decorrer do exercício 2019.

(b) Importância referente a valores a serem pagos, inerente a contrato de prestação de serviços de conta salário contratado com empresas jurídicas associadas à cooperativa.

(c) Refere-se à provisão para pagamento de despesas administrativas da cooperativa.

(d) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apuradas sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 5.579.791 (R\$ 4.004.176 em **31/12/2017**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(e) Valor referente às responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, estando composto, basicamente, por pendências a regularizar com o Bancoob.

17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDIPAR** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2018**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 2.477.448 (Dois Milhões, quatrocentos e setenta e sete mil e quatrocentos e quarenta e oito reais)** com recursos provenientes do PROCAPCRED – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito ou SICOOB Cotas Partes e integralizações espontâneas de cooperados.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	38.068.412	35.590.964
Associados	7.419	6.502

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Capital

Representada pelo fundo estatutário constituído pela Assembleia Geral Ordinária em 21 de março de 2015, destinado a cobertura de eventuais arrombamentos, assaltos, furtos e fraudes

d) Sobras Acumuladas

As sobras são constituídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social- FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina conforme a Lei nº 5.764/1971.

19. Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Perda líquida do exercício	-5.102.880	-126.025
Despesas cobertas pelo FATES (a)	185.079	212.156
Resultado Não Operacional – Fundo e Reserva	0	-2.444
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES (b)	-486.665	-83.687
Perdas à disposição da Assembleia Geral	-5.404.466	0

(a) O valor está composto pelas despesas cobertas pelo FATES relativas ao primeiro semestre de 2018 (R\$ 101.392) e pela utilização do saldo existente no FATES relativo ao exercício de 2017 (R\$ 83.687).

(b) O valor está composto por R\$ 301.926, relativo ao exercício de 2018, e R\$ 184.739, relativo ao exercício de 2017. Em 2017 foi destinado para FATES apenas o valor de R\$ 83.687, restando a destinar o montante de R\$ 337.426 que após deduzido do imposto de Renda e Contribuição Social, resultou em apenas R\$ 184.739 a ser destinado ao FATES em 31/12/2018.

(c) O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de prestação de serviços	1.712.205	1.070.141
Despesas específicas de atos não cooperativos	(312.663)	(157.797)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(768.077)	(488.787)
Resultado operacional	631.465	423.557
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(72.311)	(2.444)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	559.154	421.113
Receita consórcio com não associado	(46.553)	0
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(210.675)	(152.687)
Lucro líquido de atos não cooperativos (a)	301.926	268.426

20. Outros ingressos/rendas operacionais

20.1 Receitas Operações de Crédito

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	385.802	292.489
Rendas de Empréstimos	15.354.767	14.201.863
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.313.558	1.661.905
Rendas de Financiamentos	1.871.245	1.987.655
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	2.810.426	1.955.714
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.091.565	997.917
TOTAL	24.827.363	21.097.543

20.2. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	412.765	62.324
Ingressos De Depósitos Intercooperativos	3.740.486	3.469.772
Reversão De Provisão Para Garantias Prestadas	0	8.485
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	154.824	66.006
Crédito Receita Sipag - Antecipação	218.276	105.715
Dividendos	389.013	277.357
Outras Rendas Operacionais	18.274	378.114
TOTAL	4.933.638	4.367.773

21. Outros dispêndios/despesas operacionais

21.1. Despesa de Pessoal

Descrição	2018	2017
Despesas de honorários	-933.712	-847.048
Despesas de pessoal - Benefícios	-1.340.505	-1.051.581
Despesas de pessoal - encargos sociais	-1.545.118	-1.267.605
Despesas de pessoal - proventos	-3.633.422	-3.018.579
Despesa de pessoal - treinamento	-187.777	-110.103
Despesas de remuneração de estagiários	-42.018	-24.726
	-7.682.552	-6.319.642

21.2. Outras despesas administrativas

Descrição	2018	2017
Despesas de água, energia e gás	-369.219	-314.606
Despesas de aluguéis	-538.035	-412.345
Despesas de comunicações	-395.937	-248.570
Despesas de manutenção e conservação de bens	-132.229	-74.055
Despesas de material	-119.384	-100.330
Despesas de processamento de dados	-1.012.185	-1.016.989
Despesas de promoções e relações públicas	-617.722	-452.975
Despesas de propaganda e publicidade	-172.632	-169.165
Despesas de publicações	-4.500	-9.798
Despesas de seguros	-152.855	-183.895
Despesas de serviços do sistema financeiro	-1.264.044	-1.037.765
Despesas de serviços de terceiros	-298.015	-291.553
Despesas de serviços de vigilância e segurança	-315.381	-303.945
Despesas de serviços técnicos especializados	-207.476	-131.138
Despesas de transporte	-758.516	-682.317
Despesas de viagem ao exterior	0	-8.478
Despesa de viagem no país	-81.145	-63.342
Outras despesas administrativas	-834.950	-997.392
Despesas de amortização	-383.826	-191.869
Despesas de depreciação	-350.151	-300.636
	-8.008.202	-6.991.163

21.3. Despesas tributárias

Descrição	2018	2017
Despesas de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	-82.919	-52.186
Despesas de Contribuição ao COFINS	-68.488	-42.806
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	-49.574	-59.589
Despesas tributárias	-32.430	-29.403
TOTAL	-233.411	-183.984

21.4. Outras Despesas Operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-206.099	-141.467
Despesas de Descontos Concedidos	-244.402	-189.958
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-13.285	-11.784
Contribuições ao Fundo Garantidor de depósitos	-153.740	-112.626
Provisão para Passivos Contingentes	0	-12.000
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-3.354	-7.799
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-1.767	-4.241
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	-163.395	-161.804
Outras Despesas Operacionais	-176.625	-135.081
Garantias Financeiras Prestadas	-72.422	-42.119
TOTAL	-1.035.089	-818.879

22. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	25.897	11.500
Ganhos de Capital	11.478	22.651
Ganhos de Aluguéis	6.479	4.160
Reversão de Provisões não Operacionais	12.175	0
Outras Rendas não Operacionais	0	2.961
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	0	-1.970
(-) Perdas de Capital	-30.478	-36.473
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-456.588	-5.273
Resultado Líquido	-431.037	-2.444

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2018**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	5.062.644	2,47%	77.526
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.911.776	0,93%	15.196
TOTAL	6.974.421	3,41%	92.722
Montante das Operações Passivas	381.065	0,28%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2018**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	69.021	11.532	4%
Conta Garantida	2.851	34	0%
Crédito Rural	930.856	60.598	3%
Empréstimo	2.214.559	154.689	4%
Financiamento	405.876	8.219	4%
Títulos Descontados	104.142	640	2%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	254.470	0,53%	0%
Depósitos a Prazo	363.605	0,55%	0,47%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, nas mesmas condições observadas para todos os associados, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Desconto de Cheques	2,15% a.m.
Empréstimos	1,73% a.m.
Financiamento	1,37% a.m.
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,57% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	2,31%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,8%
Credito Rural (modalidades)	0,19%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	167.067
Crédito Rural	2.884.530
Empréstimo	5.922.544
Financiamento	1.570.862

e) No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio total seguro de vida, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	-62.804
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	-870.908
Encargos Sociais	-182.717
Seguro de Vida	-3.907

24. Cooperativa Central

O **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA - SICOOB CREDIPAR**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDIPAR** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB GOIÁS CENTRAL**:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Centralização Financeira	65.430.571	40.217.250
Investimentos	3.694.539	3.527.696
Passivo		
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.120.478	1.260.677

25. Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) Utilização do *VaR* – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) Análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) Definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) Realização periódica de *backtest* do *VaR* das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) Definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) Projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) Diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.4. Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

25.5. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
Patrimônio de Referência	27.183.038	38.535.996
Índice de Basileia (IB)	24,91%	42,60%

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade previdência privada, com participação de 50% do percentual s/folha, limitando a 3%. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1,5% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de previdência complementar pela cooperativa totalizaram R\$ 26.927 (vinte e seis mil, novecentos e vinte e sete reais).

PARAÍSO DO TOCANTINS-TO, 31 de dezembro de 2018

Júlio Cesar Galvão
CPF.: 387.581.111-68
Diretor Resp. pela Área Contábil

Silvan Celestino dos Santos
CPF.: 779.396.381-49
Diretor Operacional

Neumy Guida Martins
Contadora CRC/TO 001635/O
CPF.: 783.986.301-91